



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 5 • nº 17/18 • jan./abr. 2005

editorial

Abrimos este número duplo do Informativo (17:jan-fev e 18:mar-abr) nos desculpando com os leitores que já contam com a chegada regular de notícias, mas também convidando-os a comemorar conosco o crescimento deste projeto.

Os leitores que nos acompanham desde o início viram este informativo ampliar sua abrangência. A distribuição e o enfoque das notícias, voltadas inicialmente para as comunidades do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, onde o programa Egbé - Territórios Negros atua mais diretamente, passaram a atingir comunidades de todo o país. A partir deste ano, damos mais um passo nesse processo de ampliação e aprofundamento do trabalho de comunicar e fomentar uma "rede de apoio às comunidades negras rurais". Como desdobramento dos esforços de produção deste informativo, foi lançado em janeiro de 2005, no Fórum Mundial Social, o projeto do Observatório Quilombola (OQ).

O OQ é um projeto dedicado a coletar informações e análises sobre a situação quilombola em todo o país, tanto do ponto de vista das políticas públicas e da legislação, quanto dos contextos locais e das análises acadêmicas. O material produzido a partir desse trabalho de coleta, apuração e sistematização é organizado em uma página da Internet, na forma de três produtos:

- **Noticioso** - com notícias diárias recolhidas em diversas fontes, incluindo o contato com pesquisadores, militantes e moradores das comunidades;
- **Revista mensal** - com uma reportagem, informes de acompanhamento das situações locais, ensaios acadêmicos e fotográficos;
- **Centro de Referências** - constituído por um acervo permanente de documentos sobre o tema, incluindo um Atlas RJ e Dossiês Especiais.

Assim, o informativo Territórios Negros agora está vinculado a um esforço mais amplo e completo de coleta e análise de informações. Ele apresenta um extrato de tudo que passa pelo OQ, publicado em papel para ser distribuído nas comunidades do interior.

Essa ampliação fez-se necessária em função do considerável crescimento do tema. Desde o ano passado, houve uma multiplicação de políticas especialmente voltadas a esta população no interior de diferentes ministérios; mais que isto, houve também avanços na qualidade da abordagem do tema.

Com o decreto presidencial de novembro de 2003, que transferiu as atribuições de regularização dos territórios quilombolas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os quilombolas passaram a ser público das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Assim, para além da abordagem cultural ou baseada em políticas genéricas (como o programa Fome Zero), as comunidades passaram a ter acesso a uma política sistemática de desenvolvimento agrícola. Tudo isso tem fortalecido a posição dessas comunidades no cenário nacional, do que são exemplos as situações de Alcântara (MA) e do Vale do Ribeira (SP).

Por outro lado, justamente em função desse fortalecimento do tema, as forças sociais que se opõem aos direitos dessa população ampliaram suas investidas tanto contra tais políticas quanto contra as próprias comunidades, como revelam as situações de Conceição das Crioulas (PE) e da Marambaia (MA). Um pouco de tudo isso o leitor encontrará nessa edição dupla do informativo.

J.M. Arruti



Sapê do Norte (ES).

• NACIONAL

**MULHERES QUILOMBOLAS
DISCUTEM POLÍTICAS
PÚBLICAS**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveu nos dias 29 e 30 de março, em Brasília, o seminário “Mulheres Quilombolas: gênero e políticas públicas para o etnodesenvolvimento”. Estiveram presentes 22 mulheres de 20 comunidades quilombolas, além de representantes de ministérios, de secretarias governamentais ligadas ao tema e de movimentos sociais.

O encontro teve como meta central apresentar o Projeto Gênero, Raça e Atividades Produtivas para o Etnodesenvolvimento, discutir seus objetivos e definir com as mulheres quilombolas uma agenda de trabalho. O projeto faz parte do Programa de Apoio a Ações Integradas de Igualdade de Gênero e Raça no Brasil e pretende investir até março de 2006 mais de R\$ 600 mil para contribuir com iniciativas de combate às desigualdades e incorporar as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas do país.

As participantes foram selecionadas por desenvolverem atividades de geração de emprego e renda ou por serem responsáveis pela organização de associações de mulheres em suas localidades. Além disso, todas são moradoras de comunidades contempladas no Programa de Regularização Fundiária do Incra/MDA.

Fonte: Observatório Quilombola
Reportagem da edição de março de 2005

• NOS ESTADOS

MA

ALCÂNTARA

**Relatório da ONU defende
direitos de quilombolas**

Miloon Khotari, Relator Especial das Nações Unidas (ONU) para a Moradia Adequada, apresentou na 61ª sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU, realizada durante os meses de março e abril, o relatório sobre a visita ao Brasil. Entre as conclusões do relator está a crítica ao deslocamento forçado dos quilombolas de Alcântara para agrovilas nos anos 1980. Segundo ele, o deslocamento é um exemplo de solução imediatista que se torna um problema em longo prazo.

A visita de Khotari, que aconteceu em junho de 2004, como noticiado no TN16, teve o objetivo de avaliar as condições e garantias do acesso à moradia como direito. O relator esteve nas comunidades remanescentes de quilombo de Mamuna e de Marudá, ambas localizadas em Alcântara (MA).

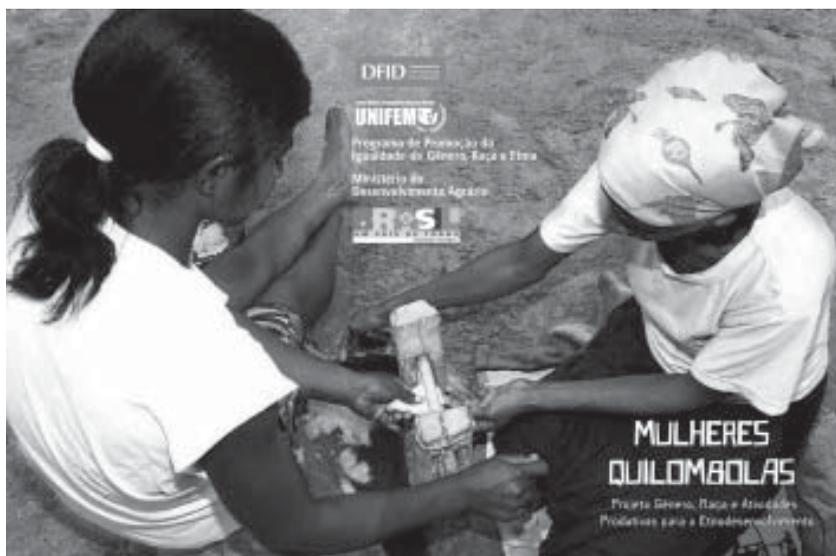
Uma das recomendações de Khotari ao Governo Brasileiro foi simplificar a legislação federal para agilizar os processos de titulação de comunidades quilombolas. O relator também sugeriu conscientizar os integrantes do poder judiciário, criar tribunais especiais para conflitos fundiários e atribuir à Promotoria Pública competência para proteger os direitos humanos.

Fonte: Boletim Quilombola

**Governo garante que não
deslocará mais comunidades**

Durante uma reunião do Grupo Executivo Interministerial, criado para tratar das questões ligadas as comunidades quilombolas de Alcântara, em março no Maranhão, o Governo Federal garantiu que não haverá mais deslocamentos dos quilombolas. No documento lido no encerramento do encontro, o ministro José Dirceu afirmou que as dimensões do Centro de Lançamento da Alcântara serão mantidas e as atividades serão feitas sem a necessidade de deslocar as comunidades.

Fonte: Agência de Notícias da América Latina e Caribe (Adital)



Material de divulgação do seminário "Mulheres Quilombolas"

INCRA PROMOVE AUDIÊNCIA EM SIBAÚMA

O Incra do Rio Grande do Norte promoveu em janeiro uma audiência pública com a comunidade de Sibaúma, localizada em Tibau do Sul. O encontro fez parte do processo de regularização fundiária de área remanescente de quilombos, uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentro do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. O objetivo da audiência foi discutir o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de suas terras, de acordo com o Decreto 4.887 de 2003. Além disso, o Incra também quis informar a comunidade sobre o Programa de regularização de Comunidades Quilombolas e incentivar os moradores a colaborem com o trabalho do instituto. O Incra tem como meta atender, até o final de 2006 no RN, cerca de 30 comunidades, beneficiando aproximadamente 6 mil pessoas. Sibaúma é a quinta comunidade do Rio Grande do Norte em que o Incra iniciou o processo de regularização fundiária.

Fonte: Incra

ÍNDIOS XUKURU E QUILOMBOLAS DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS DEBATEM EDUCAÇÃO

Do dia 1º a 3 de abril foi realizado, na comunidade de Conceição das Crioulas (PE), o I Encontro entre indígenas e quilombolas, reunindo os índios Xukuru e os moradores de Conceição das Crioulas. O tema do evento foi a educação escolar indígena e quilombola como um direito. A idéia dos organizadores foi criar um espaço de articulação entre quilombolas e índios para a construção de uma educação escolar específica e intercultural. Além disso, a proposta do encontro também incluía criar uma pauta de reivindicações conjunta para ambos os grupos.

O povo Xukuru vive na Serra do Ororubá, em Pesqueira, há 212 km de Recife (PE) e investe numa educação escolar diferente do modelo utilizado pelo governo desde 1992. Já a comunidade de Conceição de Crioulas iniciou a discussão sobre educação em meados da década de 90, por iniciativa de uma professora da região. Os moradores de Conceição garantiram junto à secretaria municipal um calendário específico e a prioridade



I Encontro entre indígenas e quilombolas.

de contratação de professores da própria comunidade. Segundo uma das participantes do encontro, a professora quilombola Maria Diva, para que a educação tenha qualidade é preciso que a história dos quilombolas esteja presente no currículo escolar.

Toda a infra-estrutura do encontro foi organizada pelos quilombolas, que receberam os cerca dos 200 participantes do evento em suas casas. Estavam presentes lideranças quilombolas, grupos de organizações indígenas, organizações de apoio à causa, e representantes da prefeitura de Salgueiro. De acordo com os participantes, o resultado do encontro foi o fortalecimento do respeito à diversidade, um intercâmbio cultural e a união dos povos indígenas de Pernambuco com os quilombolas.

O evento foi promovido pelo Centro de Cultura Luiz Freire, em parceria com o Conselho de Educação do Povo Xukuru e a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, com o apoio da Action Aid e da

DECISÕES DO I ENCONTRO ENTRE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

- Realizar o segundo encontro Xukuru e Crioulas no território Xukuru

- Buscar apoio e parcerias para realizar o I Encontro Estadual de todos os povos indígenas e comunidades quilombolas para discutir educação escolar

- Garantir a comunicação permanente.

Buscar ampliar a troca de experiências entre indígenas e quilombolas com outros movimentos sociais.

- Conceição irá articular com outras comunidades quilombolas localizadas no município de

Salgueiro para retomar o Projeto de Lei na câmara dos vereadores.

- Discutir na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena uma articulação com os professores quilombolas do Brasil.

Fonte: Observatório Quilombola
Reportagem da edição de abril de 2005

Embaixada Britânica.

RELATÓRIO DA ONU SOBRE EFEITOS DA EXPANSÃO AGROPECUÁRIA SOBRE AS COMUNIDADES

A Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente da ONU concluiu um documento sobre os resultados da expansão da agropecuária extensiva nas comunidades remanescente de quilombos, indígenas e sem-terra no Mato Grosso.

A pesquisa foi desenvolvida entre 15 e 24 de agosto de 2004 e foram visitados o quilombo de Mata Cavallo, no município de Nossa Senhora de Livramento, os índios Xavantes de Maraiwatsedé, em Alto Boa Vista e as famílias do Assentamento Liberdade, no município de Canabrava do Norte, além de atingidos pela Usina Hidrelétrica de Manso, no município de Chapada dos Guimarães.

Segundo o documento, a degradação ambiental e as violações aos direitos humanos na região estão diretamente relacionadas com o crescimento da agricultura e da pecuária extensivas no Mato Grosso. No ano de 2002, de acordo com o documento, o estado teve o maior crescimento do PIB no país ("produto interno bruto", que representa o total de riquezas produzido num determinado período). Por outro lado, em 2003 o Mato Grosso foi responsável por 44% dos desmatamentos da floresta amazônica e recordista em despejos de famílias rurais, com cerca de 6% da população rural expulsa das terras que ocupavam.

O relatório será enviado para os Ministérios Público Federal e Estadual, a Fundação Nacional

do Índio e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Justiça. O relator nacional para o Direito Humano ao Ambiente, Jean-Pierre Leroy, explicou que o documento também será enviado para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, com o objetivo de pressionar o Governo Federal para que este assumira a responsabilidade pela solução dos problemas.

O relatório indica a participação ou convivência de autoridades locais nas ações de violação de direitos das populações. Uma moradora da comunidade do Capim Verde contou aos pesquisadores que fazendeiros da região derrubaram quarenta barracos e entupiram o poço da comunidade.

Leroy acredita que o relatório possa ajudar os órgãos públicos a solucionar os conflitos e que também sirva de subsídio para o Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU pressionar as autoridades brasileiras.

Fonte: Agência Carta Maior

BA

"QUILOMBOLAS CONSCIENTIZADOS, QUILOMBOLAS AVANÇADOS"

Esse foi o tema do II Seminário de Remanescentes de Quilombos, realizado no Município de Vitória da Conquista (BA), em janeiro. As principais reivindicações do seminário envolvem o direito à terra e o acesso a serviços básicos que garantam cidadania. Participaram do evento cerca de 200 quilombolas das comunidades: Velame e Boqueirão, localizadas no município de Vitória da Conquista; Rio das Rãs, município de Bom Jesus da Lapa e Cinzento, localizada no

município de Planalto. Os quilombolas relataram as necessidades das comunidades como: resolução de conflitos com fazendeiros, acesso a saúde, escola, estrada, água e energia. O superintendente do Inkra da Bahia, Marcelino Galo, encerrou o evento explicando os passos necessários para o reconhecimento, demarcação e titulação das terras de remanescentes de quilombo e ressaltou que, antes da ação do Inkra, é necessário que as comunidades tenham a certificação da Fundação Cultural Palmares.

MG

Fonte: Inkra

MACHADINHO EXIGE SEUS DIREITOS

A comunidade de Machadinho, localizada no município de Paracatu (MG), enviou em fevereiro uma carta para o presidente do Inkra, solicitando a presença de um procurador da instituição na comunidade para defender seus direitos. Segundo o documento, cerca de 180 pessoas invadiram as terras da comunidade em setembro de 2004. Os quilombolas informaram ainda que entre estes invasores há comerciantes e empresários que estariam vendendo cascalho da comunidade para mineradoras.

Fonte: Associação Quilombola de Machadinho

FEDERAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MINAS GERAIS

Quilombolas de oito comunidades de Minas Gerais se reuniram em março, na cidade

de Montes Claros (MG), para criar a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. No encontro foi discutido o estatuto da federação, que tem como objetivo articular as comunidades, defender os direitos das populações remanescentes de quilombos e incentivar ações de desenvolvimento sustentável. Em maio os quilombolas pretendem se reunir em Belo Horizonte (MG) para eleger a diretoria da nova entidade.

Fonte: Site Uai Estado de Minas

ES

MULHERES DAS COMUNIDADES DO SAPÊ DO NORTE DEBATEM SAÚDE E DIREITOS

Cerca de 30 mulheres quilombolas das comunidades do Norte do estado se reuniram, no início de março e no final de abril, em São Mateus (ES) para oficinas sobre saúde e direitos e formação de multiplicadoras promovidas por Koinonia. As oficinas são dedicadas a discutir temas como Aids, câncer e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), além das formas de organização das mulheres para a garantia do acesso às políticas públicas de saúde. Leia o encarte especial do Programa Saúde e Direitos de Koinonia, que acompanha esta edição do Informativo. Ele fala dos objetivos do programa e conta como foi a primeira oficina, em março.

Fonte: Programa Saúde e Direitos de Koinonia

DEFENSORIA PÚBLICA DO ES E COMUNIDADE DE RETIRO BUSCAM LEGALIZAÇÃO DE TERRAS

A Defensoria Pública Estadual do Espírito Santo está orien-

tando cerca de 72 famílias da comunidade de Retiro, localizada no município de Santa Leopoldina (ES), a legalizar os aproximadamente 150 hectares de terras que ocupam. A ação da Defensoria faz parte do projeto Terra Legal, que tem o objetivo de ajudar pequenos agricultores a regularizar propriedades. Segundo a comunidade de Retiro, as terras foram compradas pelo ex-escravo Benevides Pereira do Anjos no ano de 1906. A defensoria iniciou o trabalho entrando com uma ação de usucapião, que dá direito à terra para quem a ocupa por dez anos. No início de março representantes da Associação dos Descendentes de Benevides dos Anjos se reuniram com autoridades jurídicas, representantes do Incra e das igrejas locais para discutir a legalização das terras.

Fonte: Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep)



J.M. Arruti

Oficina Saúde e Direitos

RJ

SACOPÃ PERDE AÇÃO NA JUSTIÇA

Desembargadores da 5ª Câmara do Tribunal de Justiça

decidiram no início de abril que a família Sacopã Pinto não é proprietária do chamado quilombo urbano da Sacopã, uma área de 18 mil metros quadrados localizada na Lagoa, um bairro nobre do Rio de Janeiro. A ação, movida por Luiz Sacopã Pinto, tem o objetivo de obter o título de propriedade do terreno por usucapião. Os réus da ação são os moradores de condomínios residenciais da área. O advogado que representa os Sacopã disse que vai recorrer. No primeiro julgamento, em 2003, a família foi considerada proprietária do terreno.

No ano passado a Fundação Palmares certificou a comunidade como remanescente de quilombo, reconhecendo como sua a terra reivindicada. Mas os réus da ação insistem que os parentes de Luiz Sacopã Pinto não são quilombolas.

Fonte: O Globo

JONGO DE SÃO JOSÉ PREMIADO

O Jongo do Quilombo São José (RJ) recebeu do Governo do Estado do Rio, em março, a Medalha Estadual de Direitos Humanos Australgésio de Athayde, considerada uma das grandes honrarias de Direitos Humanos concedida pelo Estado. A premiação foi justificada pelo trabalho social desenvolvido pela Associação de Moradores do Quilombo São José, localizado em Valença, interior do estado. Os quilombolas de São José (RJ) realizam ações que promovem a agricultura familiar, educação, turismo, preservação e divulgação dos patrimônios culturais da comunidade, como o jongo.

Fonte: Associação Brasil Mestiço

MARAMBAIA

Artigo de César Maia critica reconhecimento e causa polêmica

Na edição de 25 de fevereiro do jornal O Globo foi publicado um artigo do prefeito do Rio, César Maia, que questionava a legitimidade do processo de regularização da Marambaia como terra remanescente de quilombo. Segundo o prefeito, a demarcação da ilha para beneficiar os quilombolas terá como consequência a degradação ambiental da área. César Maia sugere ainda que o presidente Lula cancele o decreto 4.887, que regulamenta os direitos quilombolas.

Incra proibido de entrar na ilha e prosseguir com a demarcação

Em 26 de fevereiro – um dia após a publicação do artigo do prefeito do Rio - o jornal O Globo trazia uma notícia que informava sobre a proibição imposta pela Marinha à entrada do Incra na Ilha da Marambaia para demarcação das terras dos quilombolas. A matéria citava o depoimento em que o funcionário do Incra, responsável pelos trabalhos de demarcação territorial, afirmava ter paralisado os trabalhos em função da proibição. Apesar de trazer vários elementos contrários às opiniões de César Maia, a matéria era acompanhada de um box com a opinião oficial do jornal, que reiterava os argumentos do prefeito sobre a improcedência do decreto 4.887 de novembro de 2003.

Resposta

A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), representantes da comunidade da

DOSSIÊ MARAMABAIA NA INTERNET

Além da carta-resposta assinada pela ARQIMAR, outras instituições e pessoas envolvidas com a defesa dos direitos dos quilombolas se pronunciaram a respeito do artigo de César Maia. O Instituto Socioambiental (ISA) publicou longa matéria sobre o caso, enquanto Célia Ravera, presidente do Instituto Estadual de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro (Iterj), Fabiana Rodrigues, Procuradora da República em Angra dos Reis e José Maurício Arruti, coordenador do laudo sobre a Marambaia produzido por Koinonia, entidade que acompanha e assiste a população da ilha, escreveram textos nos quais analisam os equívocos contidos no artigo do prefeito. Essas e outras manifestações sobre o caso podem ser encontradas em um dossiê com documentos, depoimentos, notícias, artigos e fotos sobre a comunidade, que em breve estará disponível no Observatório Quilombola (www.koinonia.org.br/oq).

Fonte: Observatório Quilombola



Quilombolas da Marambaia

Marambaia e entidades de apoio decidiram, durante uma reunião realizada no Rio de Janeiro em 4 de março, não promover nenhuma iniciativa política ou jurídica relativa à paralisação do processo de regulação fundiária. A SEDH se comprometeu a criar uma “mesa de diálogo” sobre o tema, reunindo representantes do Ministério da Defesa, da Seppir, do MDA, do Incra e da FCP. O objetivo é definir uma posição consensual entre todas as partes do governo federal sobre o caso. Além disso, a “mesa de diálogo” também irá

Arquivo ARQIMAR

definir um novo calendário para os trabalhos do Incra e a retomada dos trabalhos da equipe de Koinonia para a realização do projeto Balcão de Direitos.

SP

PRIMEIRO QUILOMBO URBANO RECONHECIDO EM SÃO PAULO

A partir de novembro de 2004, a comunidade do sítio Brotas, em Itatiba (SP), passou a ser o primeiro quilombo urbano reconhecido do Estado de São Paulo. Segundo as responsáveis pelo relatório técnico-científico que reconheceu a comunidade como remanescente de quilombo, Patrícia dos Santos e Rose Giacomini, do Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), Brotas já era um quilombo antes da fundação da cidade de Itatiba. A antropóloga Patrícia dos Santos defende a hipótese de que foram os quilombolas que fundaram a cidade.

Nos últimos anos, o crescimento urbano desordenado criou problemas, como o

assoreamento de um córrego que abastece a comunidade, formada por cerca de 32 famílias. O Itesp propõe que seja titulado não só o território que já pertence por direito aos quilombolas, mas também a área da nascente do córrego. A titulação das terras da comunidade depende do Incra e este processo está sendo acompanhado pelo Ministério Público Federal e pela ong Fórum Pró-Cidadania, de Itatiba.

Fonte: Fundação Instituto de Terras de São Paulo.

VALE DO RIBEIRA



Comunidade do Cangume (SP)

Invasão nas terras de Cangume

A comunidade de Cangume (SP), formada por cerca de 150 pessoas, teve parte das terras invadida recentemente por uma fazendeiro, que alega ter comprado a propriedade. Com a invasão, os quilombolas estão impedidos de entrar nas suas plantações. Em dezembro de 2004 a comunidade foi reconhecida pela Itesp, mas ainda é necessário que o Governo Federal faça a desapropriação de parte das terras, que são particulares, para que haja a titulação. Os quilombolas de Cangume decidiram entrar com uma ação de reintegração de posse para recuperar a área invadida.

Fonte: Observatório Quilombola

Ivaporunduva consolida projetos de desenvolvimento sustentável

A comunidade de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira (SP), se reuniu durante três dias, no mês de janeiro, para definir ações de desenvolvimento sustentável. Os objetivos dos quilombolas são aumentar o plantio e comercialização de banana orgânica, ter um fábrica de processamento de banana-passa, desenvolver o turismo, produzir peças de artesanato e plantar mudas e sementes de palmito juçara, espécie nativa que corre risco de extinção. Cerca de 33 produtores de banana orgânica são certificados pelo Instituto Biodinâmico de Botucatu. Os quilombolas decidiram, durante o encontro, que renovar estes certificados está entre as prioridades da comunidade. Além disso, a comunidade quer melhorias de infra-estrutura, como a aquisição de um trator e de um teleférico para transportar as caixas de frutas e reivindicar investimentos públicos no setor de transporte. Em relação ao turismo, a comunidade pretende equipar a pousada construída pelo governo do estado para atrair alunos de escolas e universidades. Já houve em Ivaporunduva um curso de capacitação para receber turistas e a criação de roteiros ecológicos e étnicos, como as trilhas abertas pelos antigos escravos que ligam os diversos quilombos da região.

Visita da ministra do meio ambiente

A ministra do Meio Ambiente Marina Silva visitou comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira (SP), para lançar projetos de desenvolvimento sustentável e proteção

da Mata Atlântica. Na comunidade de Ivaporunduva, a ministra recebeu uma carta contra o licenciamento em curso da barragem no rio Ribeira de Iguape.

O rio Ribeira de Iguape é o único de grande porte da região sudeste sem barragens. Caso elas sejam construídas, cerca de 11 mil hectares de terras serão inundados; parte dessa área é composta por territórios quilombolas.

Durante a visita, as comunidades de Ivaporunduva e de Mandira assinaram dois convênios com o Ministério do Meio Ambiente e a ministra anunciou a implantação de um pólo de biotecnologia na região para desenvolver pesquisas para o uso sustentável dos recursos naturais.

Medidas para a preservação da Mata Atlântica

O Vale do Ribeira abriga 21% de toda a Mata Atlântica remanescente no Brasil. A Mata Atlântica, área florestal mais ameaçada do país, possui apenas 7% de sua cobertura original preservada. O Ministério do Meio Ambiente lançou um projeto que financiará programas de recuperação e preservação da Mata Atlântica no valor de cerca de R\$ 48 milhões. Os programas serão realizados através de parcerias com ongs e governos do Vale do Ribeira. O objetivo é criar na região áreas protegidas, federais, estaduais, municipais e privadas; implantar corredores ecológicos, recuperar florestas e promover o ecoturismo. Além disso, o Governo Federal pretende que as ações aumentem a renda das comunidades tradicionais e impulsionem a titulação das terras dos quilombolas.

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

J.M. Arruti

Carta-resposta dos quilombolas da Ilha da Marambaia ao artigo de César Maia, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, publicado no jornal O Globo no dia 25 de fevereiro de 2005.

Prefeito César Maia, nós, os remanescentes de quilombo da Ilha da Marambaia, localizada no município de Mangaratiba, gostaríamos de expressar aqui nesta carta a nossa triste surpresa quando lemos na sexta-feira passada seu artigo a respeito desta Ilha e de nós, moradores.

Prefeito César Maia, não tivemos contato nenhum com o senhor durante sua visita à Ilha. Pelo contrário, fomos impedidos de conhecê-lo pelo comando da Marinha enquanto a barca, único transporte autorizado a atracar na Ilha, transportava o senhor. O Senhor provavelmente não percebeu que muitos de nós estávamos dentro da barca porque fomos obrigados pelos militares a permanecer no porão durante mais de duas horas, até que o senhor embarcasse em Itacuruçá e desembarcasse na Ilha. Senhor prefeito, este momento da sua visita à Ilha nos fez lembrar mais uma vez quem somos e de onde viemos: somos descendentes diretos dos escravos que vieram nos porões dos barcos do grande traficante e fazendeiro Breves aqui para a Ilha da Marambaia. Somos quilombolas, porque resistimos àquelas violências e continuaremos resistindo às atuais.

Prefeito César Maia, acreditamos que foi a falta de contato conosco e com nossa realidade que levou aos enganos do seu artigo. Para que estes enganos não se repitam e se multipliquem, principalmente para que eles não se tornem uma covarde mentira, que repetida muitas vezes se transforma em realidade aos olhos de quem não nos conhece, lhe oferecemos aqui algumas informações sobre a ilha e sobre nós.

Prefeito César Maia, a Ilha da Marambaia, como o senhor mesmo chama a atenção, é um importante patrimônio ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Porém, não são nossas famílias, que moram há mais de 150 anos na Ilha, que degradam o meio ambiente. Se fosse assim, a Ilha não existiria mais. Não fomos nós que criamos os vários lixões a céu aberto que existem hoje na ilha, sem nenhum tipo de tratamento; não somos nós que realizamos treinamentos de artilharia com munição real, durante as noites, violando a paz

de nossos lares, assustando nossas crianças e afastando pássaros e animais; não somos nós que explodimos bombas no fundo da baía da ilha, berçário de peixes e camarões; não somos nós que realizamos disparos de canhões do alto mar contra as pedras da ilha, afastando várias espécies marinhas e colocando em risco os barcos de nossos pescadores.

Mas, prefeito César Maia, não é apenas a natureza que sofre com a ocupação da Ilha da Marambaia pela Marinha. Nós, moradores da Ilha, também sofremos com todas as proibições que a administração militar nos impõe e que violam nossos direitos básicos. A energia elétrica nos é negada, impedindo que possamos desenvolver nossa produção. Nossa correspondência é constantemente violada. Nosso direito de ir e vir é limitado porque estamos submetidos ao transporte militar para a ilha, que não leva em conta nossas necessidades e tem seus horários alterados constantemente, sem aviso. Por isso, no caso de urgências, temos que levar nossos doentes em pequenas e demoradas canoas até o continente. Por isso, nossos filhos não podem assistir regularmente às aulas, já que os horários da barca não são compatíveis com o horário escolar. Nosso direito à moradia é violado porque não nos permitem reformar nossas antigas casas, algumas ainda de pau-a-pique, nem construir novas para nossos filhos que crescem e se casam. Já houve caso em que a construção de um banheiro levou à expulsão de uma família da ilha. Essas proibições são uma tática para nos fazer desistir de nosso direito à terra e nos expulsar aos poucos da Ilha, como já aconteceu com muitos de nossos parentes.

Prefeito César Maia, nós, os moradores da Ilha, tiramos nosso sustento da pesca artesanal, a que menos agride o meio ambiente. Agressores são os barcos industriais, que invadem as águas próximas da Baía de Mangaratiba sem nenhum controle, e que com suas redes de arrasto arrasam nossos peixes e com suas pás extraem criminosamente nossos mexilhões.

Nós, prefeito, comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, não somos uma hipótese. Somos, sim, as testemunhas de nossa própria remanescência.

Mangaratiba, 28 de fevereiro de 2005.

ARQIMAR - Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia
Fundada em 2003

ERRAMOS

STF AINDA NÃO JULGOU A AÇÃO DO PFL

O informativo Territórios Negros errou na edição de número 16, na coluna "Fique Sabendo". Na ocasião, publicamos que o Supremo Tribunal Federal teria decidido pela improcedência da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN/ N° 3239-9/600) contra o decreto 4887/2003, mas a ação movida pelo PFL em 2004 ainda não foi julgada. O parecer contrário a Adin, citado no "Fique Sabendo", é de autoria do Ministério Público Federal e não do STF. O partido da Frente Liberal

questiona as principais disposições do decreto: o critério para a identificação de uma comunidade quilombola, o critério para a delimitação do território a ser titulado e a necessidade de desapropriação de terras particulares que estiverem dentro dos territórios a serem titulados.

Além do MPF outras instâncias jurídicas se pronunciaram a favor do decreto: a consultoria jurídica do Ministério de Desenvolvimento Agrário editou um documento em julho de 2004 que analisa os argumentos do PFL e justifica a constitucionalidade do decreto; já a Advocacia Geral da União publicou em julho um estudo do decreto e uma análise da Adin para ser enviada ao STF pedindo a improcedência da ação do PFL.

TÓPICO	ARGUMENTOS DO PFL CONTRA O DECRETO	ARGUMENTOS DO MPF, AGU E MDA A FAVOR DO DECRETO
<p>1) INCONSTITUCIONALIDADE</p>	<p>Segundo o PFL, o decreto regulamenta diretamente o dispositivo constitucional. Assim, invade esfera reservada à lei, o que o tornaria inconstitucional.</p>	<p>O decreto é ato político-administrativo de efeito concreto e, portanto, não pode sofrer controle de constitucionalidade em abstrato. O art. 68 do ADCT é norma constitucional de eficácia plena e, por isso, não depende de edição de lei para ter plena aplicabilidade. O decreto apenas prescreve o procedimento administrativo para a titulação das terras quilombolas.</p>
<p>2) TERRAS QUILOMBOLAS EM ÁREA DE DOMÍNIO PARTICULAR</p>	<p>De acordo com o artigo 68 do ADCT, a propriedade das terras dos remanescentes de quilombos decorre da Constituição Federal, não podendo o Poder Público promover desapropriações.</p>	<p>As terras são, por força da Constituição Federal, dos remanescentes das comunidades quilombolas, que lá fixam residência desde de 5 de outubro de 1988, cabendo ao Estado, de acordo com o artigo 68 do ADCT, emitir os respectivos títulos. Para titular as terras podem ser necessárias desapropriações das propriedades a favor das comunidades.</p>
<p>3) CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO</p>	<p>Resumir a identificação dos remanescentes a critérios de auto-determinação frustra o real objetivo da norma constitucional. A medida abre possibilidades para atribuir titularidade de terras a pessoas que não têm relação com os habitantes das comunidades formadas por escravos fugidos, ao tempo da escravidão do país</p>	<p>Este argumento não atende a constitucionalidade da norma, mas volta-se contra o critério da auto-atribuição eleito para identificar as comunidades quilombolas. Não há uma questão de inconstitucionalidade em jogo e sim uma controvérsia metodológica, que deve ser resolvida no campo da ciência antropológica, e não do Direito.</p>
<p>4) A CARACTERIZAÇÃO DAS TERRAS</p>	<p>As áreas a serem identificadas são aquelas onde, durante a fase imperial da história do Brasil, comprovadamente se formaram quilombos. Assim, a propriedade deve ser reconhecida apenas aos territórios nos quais se documentou a localização de um quilombo em 1888.</p>	<p>O critério que considera as terras passíveis de titulação pelos quilombolas aquelas por estes ocupadas em 1888 é inconsistente. Assim, o decreto 3.912/01 que utilizava esse argumento foi revogado. Já o critério do decreto 4.887/03 parece ser mais compatível com os parâmetros eleitos pelos estudos antropológicos para definir as comunidades quilombolas, que não são resquícios históricos, e seus respectivos espaços de convivência.</p>

CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS (PE)

O povoado de Conceição das Crioulas está situado no distrito de Salgueiro, no alto sertão de Pernambuco, a 550 km de Recife. A população conta com cerca de 4 mil habitantes distribuídos em 16 núcleos denominados "sítios", que se estendem por uma área hoje reconhecida como remanescente de quilombo.

O ano de 1808 é apontado como o da chegada de seis negras à região. Não se sabe ao certo a origem delas ou o que as teria levado a esse lugar, mas existe o consenso de que não se tratava de escravas. Conta-se então que as seis mulheres arrendaram uma terra de três léguas e com a venda da produção e fiação do algodão conseguiram quitar o que deviam e ganhar o direito à posse da terra.

Só em 1998 o território de Conceição das Crioulas foi identificado como comunidade remanescente de quilombo. Em 2000, foi criada a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), cuja finalidade era possibilitar a titulação coletiva da terra, reconhecida nesse mesmo ano pela Fundação Cultural Palmares.

Área de confluência de povos indígenas e negros, entre outros grupos, Conceição das Crioulas hoje é vizinha da Terra indígena Atikum, homologada por decreto presidencial em 1996. A atual organização espacial da região vem sendo marcada por diversos problemas e conflitos, uma vez que a indefinição do processo fundiário, somente regularizado entre novembro de 2003 e março de 2004, fez com que as ameaças por parte dos fazendeiros que se instalaram nas terras quilombolas se intensificassem.

Porém, o foco da disputa entre fazendeiros e quilombolas foi habilmente deslocado para um confronto entre negros e índios. Isso porque a ausência de políticas de assistência social específicas aos quilombolas vem provocando uma cisão no movimento. Visando o acesso aos benefícios concedidos pelo governo aos povos indígenas, algumas ex-lideranças quilombolas defendem a ampliação da Terra Atikum como forma de terem suas terras incorporadas à área indígena e, conseqüentemente, dentro do raio de abrangência dos programas governamentais. Além disso, ambas as populações vêm sendo ameaçadas por plantadores de maconha da região.

Esse complexo cenário configura-se muito conveniente aos interesses políticos e econômicos

dos que buscam se apropriar do território. Em 2004, quando foi iniciado o trabalho de regularização fundiária do Incra, os fazendeiros, inconformados, decidiram passar do plano das ameaças verbais para a ação. Exemplo disso foi o atentado à sede da AQCC, alvo de um incêndio criminoso no dia 12 de dezembro de 2004. No mesmo momento do incêndio, o fornecimento de energia foi cortado para 150 famílias, como forma de "recado" para aqueles que pensavam em se manifestar. Mesmo assim, as lideranças encaminharam a denúncia a diversas autoridades estaduais e federais, mas em fevereiro de 2005, ocorreu uma nova investida.

Mais uma vez tentando incitar a suposta disputa entre indígenas e quilombolas, os fazendeiros promoveram no dia 12 de fevereiro um "Toré" - ritual típico indígena - na vila de Conceição das Crioulas. Contudo, como o ritual em si não representava nenhum tipo de afronta, já que sempre foram fortes as ligações, inclusive de parentesco, entre os índios e negros da região, os fazendeiros decidiram proibir que os jovens quilombolas ouvissem música dentro de suas próprias casas, alegando que estariam atrapalhando a realização do Toré, e ainda invadiram a residência dos irmãos Juciê e Adalmir, lideranças do movimento quilombola.

Diante desse quadro de constantes agressões, faz-se urgente uma intervenção das instâncias governamentais competentes para que essa situação não se agrave. É verdade que a luta e as estratégias desenvolvidas para garantir a permanência no local e a sobrevivência são o maior legado que aquelas seis mulheres deixaram para as gerações por vir, mas não se pode contar apenas com a coragem dessa gente para quem a ameaça mais grave é ver toda sua história desaparecer.

Para saber mais:

Observatório Quilombola > Monitoramento > Contextos Locais

Arquivo Koironia



LANCEIROS NEGROS E OS FARRAPOS DE UMA GUERRA

Com a deposição de D. Pedro I, em 1831, os ideais liberais ganharam muita força em todo Brasil. No Rio Grande do Sul, essa corrente assumiu uma postura separatista que deu origem ao que se convencionou chamar Guerra dos Farrapos (1835-1845). Apesar de haver vasta literatura concedendo ao movimento republicano farroupilha caráter revolucionário, há muitas outras referências que apontam o contrário.

Muitos são os motivos que nos levam a crer que esse movimento consistiu basicamente em uma revolta por parte das elites sulinas que não queriam mais se submeter ao centralismo político do Império, que impunha altos impostos aos produtores sem que isso se revertesse em investimentos na região. No dia 20 de setembro de 1835, os estancieiros depuseram o presidente nomeado pelo governo central e proclamaram a República Rio-Grandense.

Diante da carência de combatentes para fazer frente às tropas imperiais, o movimento farroupilha se viu obrigado a libertar escravos para que estes pudessem ser incorporados aos regimentos rebeldes. Houve inclusive muitos casos em que senhores e seus filhos se livravam do alistamento entregando um cativo para ir em seu lugar. Além disso, os ex-escravos supriram a necessidade da formação de uma infantaria de lanceiros, corpo utilizado com sucesso pelos imperiais, já que o homem livre sulino se recusava a lutar a pé. Estima-se que em 1839, os lanceiros negros representavam um quinto das tropas farroupilhas. E assim o gesto nem um pouco desinteressado de libertação dos negros contribuiu para a imagem que até hoje se faz da Guerra como sendo libertária.

Porém, os farroupilhas jamais pretenderam o fim do regime escravocrata, uma vez que a organização social do Rio Grande do Sul, terra dos grandes fazendeiros e produtores de charque, dependia em grande parte do trabalho escravo. Portanto, apesar de estarem lutando do mesmo lado, os negros não estavam defendendo seus próprios interesses, eles simplesmente estavam seguindo seus senhores nos combates assim como o faziam no trabalho cotidiano.

O próprio Bento Gonçalves, grande chefe e herói das novelas sobre o movimento farroupilha, ao morrer em 1847, deixou como herança meia centena de homens escravizados, junto com terras, bois e cavalos.

A configuração das tropas sulinas também comprova a manutenção do caráter excludente da proclamada revolta. Os oficiais eram sempre brancos, e os negros marchavam, comiam e dormiam separados do resto dos homens livres combatentes. Para melhor ainda ilustrar, há um decreto farroupilha no qual se pode ler que "cidadãos e súditos da República, com exceção dos escravos, serão obrigados a trazer em seus chapéus o laço da Nação". Fica patente assim que os negros não eram considerados dignos de usarem as cores da República que eles se empenhavam em defender.

No entanto, a batalha no serro de Porongos, travada em 14 de novembro de 1844, é o evento que deve causar maior constrangimento aos que têm uma visão romantizada da guerra. O barão de Caxias, então comandante das tropas imperiais, conseguiu um acordo com o general farroupilha David Canabarro que, ao saber da iminência de um ataque imperial mortal, ordenou que seus soldados se desfizessem das armas, alegando que não estavam funcionando bem. Assim, Canabarro covardemente aceitou entregar seus homens, desarmados, para que fossem massacrados.

Uma carta editada pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na qual Caxias dava suas instruções para o fulminante ataque, atesta a ocorrência da traição e revela o caráter racista de tal investida. Nela, o comandante tranquilizava seu coronel garantindo que não temesse o confronto, já que o exército inimigo, composto sobretudo por ex-escravos, estaria totalmente indefeso. E completava dizendo fria e hipocritamente: "No conflito, poupe o sangue brasileiro quando puder, particularmente de gente branca da província ou índios, pois sabe que esta pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro."

Não resta dúvida, portanto, de que o massacre era destinado aos negros, crioulos ou africanos e, como ficavam em acampamentos separados dos brancos, a missão tornou-se ainda mais fácil. O ataque aos 1.200 rebeldes resultou na captura de 280 infantes negros e na morte de 100 lanceiros.

No ano seguinte, em 1º março, deu-se a rendição farroupilha. Entre outros pontos, o acordo determinava a liberdade dos soldados negros. Contudo, é inevitável pensar que essa concessão somente se tornou possível após o massacre da infantaria negra em Porongos

Para saber mais:

Texto *Farroupilha: Movimento das elites pastoris sulinas*, de Mário Maestri.
Texto *História do Brasil - Guerra dos Farrapos* (<http://www.brasilecola.com/historiab/guerra-farrapos.php>)

CONHEÇA...

O **Observatório Quilombola**, um site que divulga notícias, informações e análises sobre as comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos. No **OQ** você encontra notícias atualizadas diariamente, reportagens mensais, além de novidades nas seções Memória Fotográfica, Contextos Locais, Ensaio e Palavra do Movimento. Também é possível navegar no Mini-Atlas, um mapa com a localização e informações sobre as comunidades negras rurais e quilombolas do Rio de Janeiro. Você também pode receber por e-mail um boletim semanal com um resumo das notícias sobre as comunidades.



Mapeamento das comunidades do Estado do Rio de Janeiro

Página de entrada do site

Visite www.koinonia.org.br/oq

VOZES QUILOMBOLAS



Lançado em novembro de 2004, o livro "Vozes Quilombolas: uma poética brasileira" de Jônatas

Conceição da Silva, mostra a importância do quilombo de Palmares como marco da resistência à opressão escravista. O autor demonstra como Palmares foi usado como influência no Teatro Experimental do Negro, no "Quilombismo", na criação do bloco afro Ilê Aiyê e no Movimento Negro. O livro também destaca a existência de uma literatura negra no Brasil por meio de exemplos, como as letras de músicas do Ilê Aiyê. Para Jônatas Silva a literatura negra representa as vozes das margens. "Vozes Quilombolas

- uma poética brasileira" foi lançado pela editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba) e pelo Ilê Aiyê.

CD - LIVRO "JONGO DO QUILOMBO SÃO JOSÉ"



A comunidade de São José, localizada no interior do Rio de Janeiro, tem como marca cultural o jongo, uma dança de roda considerada uma das origens do samba. A partir dessa tradição foi lançado o CD-livro "Jongo do Quilombo São José", editado pelo selo SESC Rio. O CD-livro está à venda pelos telefones da Associação Brasil Mestiço da comunidade de São José: (21) 3852.0043 / 3852.0053 / 2507.4460/ 9914.7838



J.M.Arruti

Moradada da Comunidade de Cangume (SP)

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola, produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral, com uma tiragem de 1.000 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras rurais. Também encontra-se em formato digital no site do Observatório: www.koinonia.org.br/oq. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA: *Rafael Soares de Oliveira*

Coordenador para o Rio de Janeiro e Espírito Santo e editor do Informativo: *José Maurício Arruti*

Assistente de programas: *Ana Emília Gualberto*

Pesquisa: *Andréa Carvalho e Rosa Peralta*

Programação visual: *Lena Benzecry*

Redação: *Manoela Vianna*

Revisão: *Helena Costa*

Fotos rebaixadas:

capa: *Legenda: Sapê do Norte (ES).*

Crédito: J.M. Arruti

p. 4: *Legenda: Sapê do Norte (ES)*

Crédito: J.M. Arruti

p. 6: *Legenda: Ilha da Marambaia (RJ)*

Crédito: Arquivo Koinonia

p. 8: *Legenda: Ilha da Marambaia (RJ)*

Crédito: Arquivo Koinonia

p. 11: *Legenda: Resistência épica a todo o custo dos Lanceiros Negros em Porongos. Fonte: História do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: EME, 1972.v.2, p. 478. (Desenho de Y.H.S. Bento).*



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ

Telefone (21) 2224-6713

Fax (21) 2221-3016

territoriosnegros@koinonia.org.br

www.koinonia.org.br/oq